



MBA GESTÃO TRIBUTÁRIA

1 - JUSTIFICATIVA

A Gestão Tributária nas empresas brasileiras é um ponto de extrema relevância. Atualmente, com a expansão de mercados e forte aumento da concorrência, vê-se a necessidade cada vez maior de promover um crescimento organizacional sustentado em base de custos e despesas otimizados, orientando os fatores de competitividade relacionados a preço, retorno sobre investimentos e preceptivas de lucros presentes e futuros como um dos fundamentos estratégicos de sustentabilidade de longo prazo.

Partindo dessa premissa um dos elementos de grande relevância nas organizações em suas estruturas de custos e despesas, estão relacionados com os aspectos tributários que envolvem as organizações. A não observância correta dos direitos e deveres geram de uma maneira geral "desperdícios tributários", elevando assim os custos e as despesas, prejudicando sobre maneira o potencial de competitividade.

Outro aspecto relevante inerente as opções tributárias que cada organização deve orientar-se, são as possíveis contingências geradas pela interpretação equivocada da legislação tributária, que neste caso podem gerar prejuízos relevantes o Suficientes para definir a existência ou extinção das organizações em períodos de curto prazo. Portanto, para o devido desenvolvimento as empresas carecem de profissionais preparados para definir quais são as melhores opções tributárias, segundo as características de cada organização.

2 - OBJETIVOS

Ao término do curso pretende-se que o participante tenha desenvolvido habilidade e competências focadas nos possíveis ambientes tributários nas esferas Estaduais e Federal, sendo capaz de elaborar sistemas de planejamento tributário com o objetivo de evitar contingências, bem como otimizar a favor das organizações o recolhimento dos impostos Federais e Estaduais.

3 - PÚBLICO-ALVO

Destina-se à profissionais com formação superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito, Economia e Outros que ocupam ou estejam prestes a ocupar cargos de cunho tributário nas organizações em que atuam e ainda, estejam buscando atualização e aprimoramento de conhecimentos no setor.

4- COORDENAÇÃO TÉCNICA

Prof. Abuaré de Almeida Machado Junior / Mestre em Sistemas de Gestão – UFF/RJ - abuareamjr@yahoo.com.br

O Curso visa atualizar, complementar e consolidar a formação de profissionais de nível superior que atuam em empresas de pequeno, médio e grande portes dentro da área financeira e administrativa, evidenciando-se, no caso, as áreas contábil e fiscal.

5 – MÓDULOS / EMENTAS

A - Contabilidade Societária

Ferramentas contábeis

Empresa

Noções básicas de contabilidade

Conceito de contabilidade

Demonstrações contábeis obrigatórias pela lei 6.404/76 antes do processo de convergência



Balanço patrimonial

Demonstração de lucros e prejuízos acumulados – DLPA

Demonstração do resultado do exercício – DRE

Demonstrações contábeis obrigatórias pela lei 6.404/76 atualizada pela lei 11.638/2007 medida provisória 449/2008 convertida na lei 11.941/2009.

Alterações na estrutura do balanço patrimonial conforme a lei 11.638/2007

Demonstração de fluxo de caixa – DFC

Definições de caixa e equivalentes de caixa

Método direto e indireto de demonstração de fluxos de caixa

Estrutura da demonstração de fluxos de caixa – DFC

Demonstração do valor adicionado - DVA

Principais aspectos contidos na resolução CFC 1138/08, complementada pela resolução CFC 1.162/09 (DVA)

Medição de desempenho

Indicadores

B - Ferramentas Contábeis Empresa

Noções básicas de contabilidade

Conceito de contabilidade

Demonstrações contábeis obrigatórias pela lei 6.404/76 antes do processo de convergência

Balanço patrimonial

Demonstração de lucros e prejuízos acumulados – DLPA

Demonstração do resultado do exercício – DRE

Demonstrações contábeis obrigatórias pela lei 6.404/76 atualizada pela lei 11.638/2007 medida provisória 449/2008 convertida na lei 11.941/2009.

Alterações na estrutura do balanço patrimonial conforme a lei 11.638/2007

Demonstração de fluxo de caixa – DFC

Definições de caixa e equivalentes de caixa

Método direto e indireto de demonstração de fluxos de caixa

Estrutura da demonstração de fluxos de caixa – DFC

Demonstração do valor adicionado - DVA

Principais aspectos contidos na resolução CFC 1138/08, complementada pela resolução CFC 1.162/09 (DVA)

Medição de desempenho

Indicadores

C - CONTABILIDADE AVANÇADA

Avaliação de investimentos: coligada, controlada, subsidiária - Relevância individual e coletiva; investimentos relevantes - Ágio, Deságio e provisão para perdas em investimentos: Método de equivalência patrimonial - Resultados não realizados - Consolidação de demonstrações financeiras - Objetivos da consolidação - Eliminação de resultados não realizados - Participação minoritária: conceituação e cálculo - Caracterização e cálculo do imposto de renda diferido - Conversão de demonstrações financeiras para moeda estrangeira: objetivos da conversão - Conceitos de ganhos e perdas na conversão - Taxas de câmbio. Análise dos métodos de conversão – Método temporal, método monetário, não monetário, Método corrente e não corrente. Método da taxa corrente - Efeitos da inflação na conversão - Efeitos na moeda local; efeitos no dólar - Os diversos indicadores e a variação cambial.



D- CONTABILIDADE DE CUSTOS

Sistema de acumulação de custos e receitas: definição, objetivos, características, estrutura e arquitetura - Métodos de custeio. Características dos diversos métodos, a saber: custeio por absorção e custeio variável. Comparações e aplicabilidades dos dois métodos de custeio - Método de custeio ABC - Sistema de custos - Definição do sistema de custos - Integração do sistema de custos com a contabilidade financeira - Contabilidade por responsabilidade - Estrutura de um sistema de custos – Resultados econômicos financeiros - Conceituação dos fatores componentes do sistema – Aplicação dos conceitos a níveis gerenciais - Modelo de apuração do resultado.

E- DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema tributário: conceito, espécies e composição; Poder de tributar: competência e capacidade ativa; A discriminação de rendas tributárias na Constituição vigente: competência comum, privativa e residual das entidades federativas; repartição das receitas tributárias; As limitações ao poder de tributar: conceito e classificação; princípios referentes ao regime democrático: legalidade; anterioridade; isonomia; capacidade contributiva; pessoalidade; irretroatividade; vedação de confisco; imunidade e isenção; O fenômeno tributário; Direito tributário: conceito, natureza, objeto e relação com outros ramos, autonomia; Conceito e classificação dos tributos; Funções do Tributo: Fiscalidade/ extrafiscalidade e parafiscalidade; Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório; preços públicos.

F- METODOLOGIA CIENTÍFICA

O ato de estudar. A Leitura proveitosa. As formas de conhecimento Científico Senso Comum; Mito; Filosofia; Projeto de Monografia; construção de um projeto de monografia; pesquisa; Tipos de Pesquisa; Monografia; Construção de Monografia; Normas ABNT para redação de Monografia. Formato de monografia, observação da utilização do padrão da ABNT; análise técnica do tema do trabalho, avaliando a pertinência dos assuntos abordados; Avaliação e Atribuição de grau de trabalho.

G-PRATICAS TRABALHISTAS

Cálculos trabalhistas
A CLT e os princípios da relação do empregado e empregador
Descontos legais
Vale transporte
INSS
Imposto de renda – IR
Pensão alimentícia
Contribuição sindical
Remuneração completa e seus cálculos
Gorjeta
Gratificações
Horas extraordinárias
13º salário
Saldo de salário
Aviso prévio
Férias vencidas e proporcionais
Adicional noturno



Descanso semanal remunerado – DSR

H-LEGISLAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Aspectos legais. Fontes de custeio. Terceirizações lícitas e ilícitas. Conceitos de cessão de mão de obra e empreitada. Serviços sujeitos à retenção previdenciária. Casos de retenção: dispensa, não aplicação e não sujeição. Alíquotas aplicáveis. Bases de cálculo e deduções permitidas. Obrigações das contratantes e contratadas. Compensação de retenção pela contratada. Contratação de Cooperativas de Trabalho. Informações ao fisco. Penalidades aplicadas.

I-INCENTIVOS FISCAIS E REGIMES FAVORECIDOS

Lei de Incentivos

Áudio Visuais, Regime de Drawback, isenção e sua regulamentação, revogabilidade da isenção, diferença entre isenção e imunidade, anistia e sua regulamentação, regimes especiais.

J-TRIBUTOS FEDERAIS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

IPI e Imposto de Importação; Previsão Constitucional; função do imposto; fato gerador; base de cálculo; recolhimento; classificação fiscal de mercadoria.

IPI: Previsão Constitucional; contribuinte e responsável; fato gerador; base de cálculo; isenção; imunidade; suspensão; alíquotas; classificação fiscal; apuração e recolhimento.

PIS/COFINS – Regime cumulativo e Não Cumulativo; contribuintes; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; apuração; incidência monofásica das contribuições; retenção das contribuições sociais (PIS, COFINS, E CSLL) Importação; CIDE; contribuintes, base de cálculo, alíquotas, apuração.

K-TRIBUTAÇÃO DO LUCRO E DO PATRIMÔNIO

Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (II) e o Decreto-lei 37/66; Imposto sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados (IE) e o Decreto Lei 1578/77; Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) – Formas de tributação: Lucro real, Lucro Presumido: Estimativa; Base em balanços correntes; prejuízos fiscais; Compensações; Imposto diferido: Devedor e Credor. b) Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) –Formas de tributação: Lucro real, presumido e arbitrado. Imposto territorial Rural (ITR), Lei 9393/96 e o Decreto 4382/92; Imposto sobre grandes fortunas (IGF) na CF/88; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Imposto sobre operações de créditos, câmbio e seguro ou relativas a títulos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Estatuto da Cidade; Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação (ITCD). Simples Nacional: Base legal; vantagens burocráticas; Requisitos para enquadramento; Tributos alcançados e excluídos; Conceito de Receita e tabela de alíquotas; Obrigações acessórias; Motivos para exclusão; Competência para fiscalizar; Procedimentos administrativos e judiciais.

L-IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Impostos (CTN, art. 16): Elementos básicos da obrigação tributária;

ICMS: Previsão Constitucional, contribuinte e Responsável; fato gerador; base de cálculo, alíquotas, suspensão, não-incidência, diferimento, isenção, apuração.

Substituição Tributária – Entendendo as Regras Gerais (Legislação Federal e Estaduais).

Imposto Retido por Substituição Tributária; Conceito e Utilização do CFOP e CST Cálculo do ICMS na Substituição Tributária; Alíquota Aplicável no Cálculo da ST, Operação Interna e Interestadual ISS: contribuinte e responsável. Fato Gerador (LC 116/03). Bases de cálculo, alíquotas, apuração, isenção, recolhimento. Retenção ISS LC 116/2003 e Legislação Municipal. Nota fiscal eletrônica e escrituração fiscal digital.



M- ECONOMIA E TRIBUTAÇÃO

O fenômeno da tributação. Os índices adotados para a tributação. Fluxo circular. Tributos equivalentes. Incidência tributária, jurídica e econômica. As forças do mercado, demanda e oferta, Elasticidades.

A presença do Estado na economia. As grandes economias do mundo atual, economia mista. As falhas do mercado e a necessidade de existência do Estado. Intervenção estatal e suas falhas. O conceito de Estado centralizado/descentralizado. Política fiscal e funções do Estado. Os meios de financiamento do Estado. A tributação como meio de financiamento estatal.

N-PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Tributação e planejamento tributário no Brasil; O planejamento tributário no processo de aplicação do Direito; Conceito e elementos do planejamento tributário

Planejamento tributário e figuras afins, evasão, elisão, opções e benefícios fiscais

Os limites do planejamento tributário - Abuso de Direito, Fraude à Lei.

Planejamento tributário e tributação sobre a renda

IRPF; IRPJ - opções de regimes ; Reorganizações societárias; Incorporação às avessas; Compensação de prejuízo fiscal; Operação “casa e separa”; Tratamento do ágio; Juros sobre o capital próprio; Tributação de coligadas e controladas no exterior.

O-AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Aspectos gerais dos tributos diretos e indiretos. Formação das Bases de Cálculo. Obrigações Acessórias. Aspectos Contábeis e Fiscais da Incidência Tributária. Métodos de Aplicação da Auditoria Fiscal. Confronto de Informações das Declarações Obrigatórias. Revisão da Declaração de Informações Econômico-Fiscais, SPED CONTÁBIL, Revisão da Declaração de Débitos e Créditos dos Tributos Federais – DCTF. Instrumento de Compensação Eletrônica – PER/DECOMP. Revisão do Demonstrativo de Apuração das Contribuições Federais – SPED Contribuições. Apresentação de temas controversos.

P-PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

Processo Administrativo Tributário a) Princípios informativos do processo administrativo tributário; b) Lançamento Tributário, Prescrição, Decadência, Isenção, Imunidade, além de outros institutos do direito material tributário que possuem implicação no processo administrativo fiscal; c) Controle da Legalidade Administrativa e o Procedimento Administrativo Fiscal. **Processo Judicial Tributário:** a) De Iniciativa do Contribuinte - Ação de Repetição de Indébito Tributário; Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária; Mandado de Segurança em Matéria Tributária; Ação Anulatória de Débito Fiscal; Ação de Consignação em Pagamento em Matéria Tributária, Ação Cautelar Inominada em Matéria Tributária, Defesas Heterotópicas na Execução Fiscal, Embargos à Execução Fiscal, Exceção de Pré-executividade; b) Ações de Iniciativa do Fisco – Execução Fiscal e Ação Cautelar Fiscal.

5- CORPO DOCENTE

DOUTORES, MESTRES E ESPECIALISTAS COM LARGA EXPERIÊNCIA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.

*Corpo Docente sujeito à alteração sem comunicação prévia.

PROJETO DO CURSO SUJEITO A ALTERÇÃO SEM COMUNICAÇÃO PRÉVIA

Centro de Pós-Graduação Machado Sobrinho